

# Instituto Sou da Paz

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Assurance Services Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Conselheiros e Diretores

Instituto Sou da Paz

São Paulo

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Sou da Paz ("Instituto" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sou da Paz em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras do Instituto Sou da Paz relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião com modificação quanto as doações e contribuições de terceiros, sobre essas demonstrações financeiras em 18 de abril de 2017.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ao Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2018

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/O

  
Marcelo Pereira Gonçalves  
Contador CRC 1SP220026/O-3

# Instituto Sou da Paz

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.350.209	5.058.357	Fornecedores		35.526	27.878
Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição	5	757.864	1.048.226	Obrigações - trabalhistas e tributárias	9	446.693	535.550
Contas a receber	6	605.276	1.134.175	Outras contas a pagar	10	51.158	56.914
Outros créditos	7	449.933	33.466	Obrigações para projetos não realizados	11	562.666	8.094
Despesas antecipadas		-	7.697				
<b>Total ativo circulante</b>		<b>7.163.282</b>	<b>7.281.921</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.096.043</b>	<b>628.436</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	12	45.410	46.256	Obrigações para projetos não realizados	11	802.218	2.106.082
Imobilizado	8	80.131	86.437	Provisão para contingências	12	65.800	-
Intangível	8	620	871				
Imobilizado - Com restrição		17.190	22.127	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>868.018</b>	<b>2.106.082</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>143.351</b>	<b>155.691</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	13	5.342.572	4.703.094
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.342.572</b>	<b>4.703.094</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.306.633</b>	<b>7.437.612</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>7.306.633</b>	<b>7.437.612</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Sou da Paz

## Demonstrações dos superávits ou déficits

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas operacionais líquidas</b>			
<b>Sem restrição</b>			
Receitas operacionais	15	3.227.561	1.420.613
Receita com trabalho voluntário e gratuidades	17	<u>174.037</u>	<u>219.035</u>
		<u>3.401.598</u>	<u>1.639.648</u>
<b>Com restrição</b>			
Receitas de projetos restritos	11	<u>2.236.264</u>	<u>2.703.545</u>
<b>Total de receitas operacionais líquidas</b>		<b>5.637.862</b>	<b>4.343.193</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>Sem restrição</b>			
Despesas com pessoal e encargos sociais	16	(2.151.702)	(1.293.220)
Despesas gerais e administrativas	16	(687.297)	(271.507)
Provisão para perdas	16	(10.111)	(12.230)
(Provisão) reversão para contingências	16	(65.800)	14.000
Despesas com trabalho voluntário e gratuidades	17	<u>(174.037)</u>	<u>(219.035)</u>
		<u>(3.088.947)</u>	<u>(1.781.992)</u>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>Com restrição</b>			
Custos com execução de projetos	11b	<u>(2.299.871)</u>	<u>(2.852.177)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>249.044</b>	<b>(290.976)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		551.945	821.809
Despesas financeiras		<u>(161.511)</u>	<u>(132.809)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b><u>390.434</u></b>	<b><u>689.000</u></b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b><u>639.478</u></b>	<b><u>398.024</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto Sou da Paz

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	639.478	398.024
Resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>639.478</b>	<b>398.024</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Instituto Sou da Paz

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.305.070	-	4.305.070
Superávit do exercício	-	398.024	398.024
Incorporação do superávit do exercício	398.024	(398.024)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.703.094	-	4.703.094
Superávit do exercício	-	639.478	639.478
Incorporação do superávit do exercício	639.478	(639.478)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>5.342.572</u>	<u>-</u>	<u>5.342.572</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Sou da Paz

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	639.478	398.024
<b>Ajustes do resultado do período</b>		
Doações de ativo imobilizado	-	4.890
Depreciação e amortização	29.688	33.654
Depreciação e amortização - com restrição	4.937	2.351
Provisão (reversão) de contingências	65.800	(14.000)
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>		
Valores a receber	528.899	310.379
Outros créditos	(416.467)	(17.837)
Despesas antecipadas	7.697	(6.550)
Depósitos judiciais	846	(46.256)
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	7.648	17.411
Obrigações - trabalhistas e tributárias	(88.857)	(63.209)
Outras contas a pagar	(5.756)	35.539
Obrigações para projetos não realizados	(749.292)	1.086.918
<b>Fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais</b>	<u>24.621</u>	<u>1.741.314</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	<u>(23.131)</u>	<u>(31.528)</u>
<b>Fluxos de caixa utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(23.131)</u>	<u>(31.528)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimento de caixa e equivalentes para execução de projetos	<u>290.362</u>	<u>(712.214)</u>
<b>Fluxos de caixa provenientes das (utilizado nas) atividades de investimentos</b>	<u>290.362</u>	<u>(712.214)</u>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>291.852</u>	<u>997.572</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	5.058.357	5.109.011
No fim do exercício	<u>5.350.209</u>	<u>6.106.583</u>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>291.852</u>	<u>997.572</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto Sou da Paz ("Instituto" ou "Entidade") é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, de âmbito nacional, e tem como missão contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção de violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área. Para isso, foca seu trabalho em três grandes áreas: Gestão do Conhecimento, Prevenção da Violência e Sistema de Justiça Criminal.

Os projetos acontecem principalmente na região metropolitana de São Paulo, e os trabalhos de assessoria e mobilização têm abrangência nacional e global. Os projetos executados durante 2017 foram:

#### **a. Prêmio Polícia Cidadã**

O projeto tem como foco estimular e valorizar práticas policiais que contribuam para a preservação da vida, uso proporcional da força, não discriminação e redução do sentimento de insegurança. Em 2017, com o objetivo de divulgar as boas práticas policiais para o público geral realizamos, em parceria com a Via Quatro, a exposição das ações vencedoras do prêmio em duas estações da Linha Amarela do metrô de São Paulo. Em parceria com a Escola de Pós-Graduação de Oficiais do Centro de Altos Estudos de Segurança, o Sou da Paz promoveu o II Ciclo de Debates: Disseminando Boas Práticas na redução de roubos no Estado de São Paulo. No evento, integrantes da Polícia Militar que participaram das ações premiadas na última edição do Prêmio apresentaram aos colegas suas iniciativas bem-sucedidas e vencedoras, que buscaram contribuir com a redução do roubo no estado.

#### **b. Troca de Tecnologias Sociais**

O projeto tem por objetivo, promover seminário de trocas de tecnologias sociais entre diversos atores da sociedade civil e poder público, em âmbito nacional e internacional, para um debate aprofundado de experiências que trabalham com esse público, visando influenciar políticas públicas. São mapeadas diversas experiências, e debatidas suas questões metodológicas em sala com 20 instituições especializadas, com a presença de setores do poder público. Como produto do encontro será feita a sistematização e disseminação das discussões.

#### **c. Pesquisa de Processamento de Homicídios**

Pesquisa em parceria com o Instituto Brasileira de Jurimetria por meio de edital do Ministério da Justiça sobre o processamento policial e judicial de homicídios. Combinando metodologias qualitativas e quantitativas inovadoras, aferimos os impactos nacionais da ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública) e os impactos detalhados em três estados de diferentes regiões: Alagoas, Santa Catarina e São Paulo.

A pesquisa identificou o status atual do processamento de homicídios no país, além de boas práticas e dificuldades que possam nortear projetos práticos e alterações normativas sobre as quais trabalharemos em 2017 para melhorar a eficácia do processamento de homicídios no país.

**d. Sou da Paz Analisa**

Publicação de 3 Boletins sobre as estatísticas criminais em São Paulo com informações inéditas a respeito da letalidade e vitimização de policiais, panorama dos casos de estupro em São Paulo e natureza de prisões efetuadas nas três regiões do Estado. Os levantamentos tiveram grande repercussão na imprensa, comprava nas publicações da imprensa nos sites abaixo: Panorama do Estupro: Folha de São Paulo: <http://miqre.me/v5wFy>, SPTV 1ª edição: <http://miqre.me/v5w/H>, e Letalidade e vitimização Policial - GI: <http://miqre.me/v5wLG>

**e. Balanço e Gestão de Metas na Segurança Pública**

Em conjunto com o Instituto de Segurança Pública e Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro, realizamos o "Seminário de Balanço das Políticas de Gestão para Resultados na Segurança Pública" para trocar experiências e identificar aprendizados nas políticas de redução de crimes orientadas por resultados. O workshop reuniu representantes dos estados de Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com os apontamentos levantados no debate produzimos uma publicação que sistematizou as experiências discutidas para ser disseminada entre gestores de segurança pública de diferentes estados brasileiros.

**f. NEF - Restruturação Institucional**

Apoiado através de um fundo de recursos da Open Society Foundation, o projeto encerrado nesse ano, teve como objetivo financiar novas gestões executivas, proporcionando recursos para a implantação de estratégias e metas, ampliando as possibilidades para que a nova liderança possa instituir ferramentas para o desenvolvimento institucional.

**g. OSF Projetos Institucionais**

Financiado pela Open Society Foundation, atuamos em duas grandes frentes: (i) na Área de Sistema de Justiça Criminal, projetos voltados às instituições diretamente responsáveis por atuar em resposta a uma situação de crime ou violência, seja na área das polícias, do sistema de justiça ou do sistema penitenciário. As metodologias desenvolvidas, sempre em parceria com estas instituições, buscam aprimorar essa atuação; e (ii) No campo de Gestão do Conhecimento e Indivíduo, Intensificamos as atividades estruturadas a partir do monitoramento do debate público sobre a segurança pública e a violência, especialmente no Congresso Nacional, além do mapeamento de atores-chaves deste debate e no desenvolvimento de estratégias para incidir na melhoria das políticas públicas. O foco principal de atuação se concentrou no controle de armas de fogo e na reforma do modelo brasileiro de segurança pública.

**h. Câmeras Cidadãs**

A partir do "Câmera Cidadã", projeto que potencializa a inteligência na área de segurança pública por meio de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, estamos trabalhando na cidade de Campinas/São Paulo, para contribuir nos protocolos de atendimento às ocorrências da Central Integrada de Monitoramento de Campinas, além de oferecer recomendações para fortalecer o projeto, como forma de estimular o debate sobre o papel do setor privado junto aos formuladores de políticas públicas.

**i. Adolescentes em Alta Vulnerabilidade SMSE (Projeto Adolescentes)**

O projeto objetiva aprimorar o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, elaborando estratégias, em conjunto com a equipe técnica do serviço, para fortalecer o trabalho socioeducativo. A atuação se estrutura em quatro eixos fundamentais: formação continuada dos profissionais, reflexão das práticas socioeducativas, articulação de oportunidades para os adolescentes e jovens e articulação em rede.

No ano de 2016, as ações do projeto foram realizadas em dois Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da área de abrangência da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia. A construção participativa e democrática é princípio fundamental para realização do projeto, sendo que em cada serviço fora realizado plano de ação para atender suas expectativas e demandas relativas ao trabalho socioeducativo.

**j. Fortalecendo a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

O projeto foi elaborado a partir do diagnóstico de desafios enfrentados por profissionais e adolescentes em relação a esta medida socioeducativa. Como objetivos centrais, promove o debate e o aprimoramento do acompanhamento da PSC, contribuindo para sua qualificação a partir do viés pedagógico e da efetiva responsabilização do adolescente. Em 2016 realizamos o diagnóstico inicial, com a escuta das unidades acolhedoras da PSC - atividades, potencialidades e desafios para a adesão, qualificada, dos adolescentes às atividades que devem cumprir. A relevância deste projeto reside na aposta de que, dadas as condições para o adolescente cumprir a medida ao mesmo tempo em que possa conhecer, desenvolver e expor suas habilidades, se perceba com novos olhos e circule de outra maneira em sua comunidade. A qualificação do atendimento - de como se escuta e daquilo que se oferta ao atendido - pode ser potente quando pensamos a prevenção da violência.

O Projeto promove ainda articulação da rede de atendimento ao adolescente, ampliação do número de unidades acolhedoras de PSC, compartilhamento de experiências exitosas, formação continuada dos trabalhadores e sistematização de práticas que poderão ser aproveitadas por outras unidades acolhedoras.

**k. Reincidência Juvenil**

Iniciamos em 2016, o diagnóstico sobre reincidência infracional em parceria com a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), voltado à identificação dos principais fatores de risco e proteção de adolescentes e jovens cumprindo medida de internação no Estado de São Paulo. Dentre os avanços, destacam-se a realização de entrevistas com 83 adolescentes internados em cinco unidades da Fundação CASA a partir de um questionário elaborado em conjunto com técnicos da Fundação.

**l. Protestos Seguros**

Iniciado no 2º semestre de 2016, trata-se de um projeto que irá buscar boas práticas internacionais em protocolos de atuação policial e regulamento para manifestantes para que estas ajudem a subsidiar o diálogo com forças de segurança e outros atores públicos com vistas a alterar práticas buscando reduzir episódios violentos e garantir o exercício democrático da manifestação.

**m. Pesquisa Política de Redução de Homicídios**

O projeto tem como objeto caracterizar o fenômeno dos homicídios no Brasil e as políticas públicas de enfrentamento adotadas em nível nacional, além de analisar as ações desenvolvidas por dois estados que lograram reduzir seus índices de violência letal nos últimos anos: Paraná e São Paulo.

**n. Práticas Policiais Controle de Drogas**

O projeto tem como objetivo rever a avaliação das práticas policiais e reformular as métricas de desempenho da polícia para o controle de drogas.

Reorientando progressivamente a escolha dos indicadores utilizados pela Polícia Militar para avaliar seus próprios serviços (reduzindo a importância de indicadores operacionais, como prisões, aumentando a importância da redução do crime violento e aumentando os indicadores relevantes de saúde pública) e introduzindo a informação qualificada sobre políticas de drogas em Instituições de Treinamento Policial, projetar e testar um novo procedimento padrão sobre a abordagem policial sobre usuários vulneráveis de drogas.

**o. Controle de Armas**

O projeto tem como objetivo tornar políticas de controle de armas mais eficazes, através de diagnósticos e aumento da capacidade de análise de dados estratégicos. Coordenando e integrando as diversas instituições envolvidas na área, minimizando gargalos e ineficiências que impactam no trabalho de prevenir e coibir o tráfico de armas.

**p. Controle e Esclarecimento de Homicídios**

O projeto propõe uma criação de metodologia piloto para criação de um Indicador Nacional de Esclarecimentos de Homicídios, divulgado através da publicação “Onde Mora a Impunidade?” o índice tem como objetivo de mensurar o desempenho das investigações policiais deste crime criando um ranking dos estados da federação.

**q. Projetos encerrados e liquidados em 2017**

- (i) Premio Policia;
- (ii) Mecanismos de participação na Segurança Pública;
- (iii) Troca de Tecnologias Sociais;
- (iv) Reincidência Juvenil;
- (v) Pesquisa Política de Redução de Homicídios;
- (vi) NEF - Restruturação Institucional; e
- (vii) Adolescentes em Alta Vulnerabilidade SMSE (Projeto Adolescentes).

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Conselho Fiscal em 30 de maio de 2018.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 3.b.(ii)** - Vida útil estimada do ativo imobilizado.
- **Nota explicativa nº 6** - Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para contingências

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a. Instrumentos financeiros

##### (i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

##### (ii) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

##### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cujo vencimento original seja de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

##### (iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.



Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

**b. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	5 anos
Instalações	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**c. Imobilizado - Com restrição**

Os itens do ativo imobilizado com restrição, são itens adquiridos com recursos financeiros advindos de projetos e que estão vinculados à prestação dos serviços e execução das atividades relacionadas, e que ao final do projeto deverão reverter ao patrimônio da Entidade por meio de termo de doação.

**d. Intangíveis**

***Reconhecimento, mensuração e amortização***

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando método linear à taxa de 20% ao ano.

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**f. Contas a receber**

Os valores a receber são compostos por contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e conhecidos.

**g. Demais ativos**

Os ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidas.

**h. Passivos circulantes**

Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas.

**i. Obrigações para projetos não realizados**

Os valores para projetos não realizados são compostos por valores recebidos e respectivas parcelas a receber dos financiadores de acordo com os contratos firmados, ainda não aplicados nos projetos relacionados. O Instituto denomina como "Administrativo" o controle da movimentação dos recursos utilizados para a manutenção da estrutura compartilhada entre os projetos sede e de recursos humanos de acordo com os critérios de rateio estabelecidos, além daqueles captados com este fim exclusivo.

**j. Benefícios a empregados**

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes. E também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

**k. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Instituto denomina como "Provisões Trabalhistas" uma conta exclusiva na qual são depositados mensalmente os valores provisionados para o custeio das obrigações de 13º salário, férias, FGTS e verbas e encargos rescisórios.

- l. Patrimônio líquido**  
Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.
- m. Reconhecimento de Receitas**
- (i) Contribuições**  
As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.
- (ii) Donativos**  
As receitas de donativos, provenientes de doações espontâneas, são reconhecidas contabilmente quando recebidas e registradas conforme sua origem. As demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.
- (iii) Gratuidades**  
As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e o Instituto, adotando o critério de competência.
- (iv) Voluntariado**  
Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Instituto sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.
- n. Reconhecimento das receitas e despesas**  
O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.
- As doações para financiar os custos da Entidade são reconhecidas no resultado do exercício para o qual foi o recurso foi destinado pelo associado. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos, são registrados da seguinte forma:
- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa em contra partida a conta de obrigações para projetos não realizados no passivo circulante e não circulante.
  - **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de obrigações para projetos não realizados no passivo circulante e não circulante.

**o. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

**p. Apuração do resultado**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**q. Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 19.

***Estrutura do gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

**r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Entidade está em fase de estudo sobre os efeitos de adoção da nova norma e considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

#### ***IFRS 15 - Receita de contrato com clients (Revenue from Contracts with Customers)***

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas de contribuições associativas, (ii) receitas de doações. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade ainda não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

#### ***IFRS 16 Leases (Arrendamentos)***

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste.

A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém não espera que a aplicação resulte em impacto significativo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bens numerários	3.965	2.287
Depósitos bancários	775.005	62.913
Aplicações financeiras (a)	4.571.239	4.993.158
	5.350.209	5.058.358
 (a) Aplicações financeiras		
<b>Banco - Conta corrente</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
DI Compromissada Itaú 00.775-4	1.910.578	4.277.001
DI Compromissada 00.787-9	52.884	516.543
CDB 00.775-4	1.918.619	120.620
CDB Itaú 00.787-9	610.030	78.994
Itaú 00.296-1	79.128	-
	4.571.239	4.993.158

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Bancário (CDB). O rendimento médio aproximado em 2017 foi de 9,52% a.a. (13,08% a.a. em 2016).

O resultado contabilizado em 2017 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 488.336 (Em 2016 R\$ 673.177) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas com aplicações financeiras".

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projeto ficam registrados na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição no ativo circulante, em contra partida a obrigações para projetos não realizados no passivo circulante e não circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto.

	2017	2016
<b>Banco - Conta corrente</b>		
Bens numerários (a)	8	4.982
Depósitos bancários (b)	226.568	29.239
Aplicações financeiras (c)	531.288	1.014.005
	757.864	1.048.226
 (a) Bens numerários - Projetos		
<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
OSF Projetos Institucionais	8	3.612
NEF - Reestruturação Institucional	-	1.370
	8	4.982

(b) **Bens numerários - Projetos**

Descrição	Projetos	2017	2016
Itaú S.A. - 00.296	OSF Projetos Institucionais	-	3.932
Itaú S.A. - 00.767-1	NEF - Reestruturação Institucional	-	2
Itaú S.A. - 00.769-7	Protestos	7.067	3.524
Itaú S.A. - 01.302-6	PPC 2016	-	517
Itaú S.A. - 00.302-7	Pesquisa Processamento	-	46
Itaú S.A. - 00.783-8	Sou da Paz Analisa	(183)	701
Itaú S.A. - 00.773-9	Balanco e Gestão de Metas	54	1.479
Itaú S.A. - 00.785-3	Câmeras Cidadãs	(158)	17.849
Itaú S.A. - 00.304-3	Adolescentes	133.026	1.184
Itaú S.A. - 00.789-5	Política de Redução	-	5
Itaú S.A.-00.766-3	Práticas	2.887	-
Itaú S.A.-00.789-5	Controle	92.858	-
B Brasil 23.626-8 (a)	PSC	(5.484)	-
B Brasil 23.523-7 (a)	Reincidência	(3.499)	-
		226.568	29.239

(a) Os saldos negativos de contas são referentes a operações de conta garantida que foram cobertas no exercício subsequente 2018, os valores não foram reclassificados para o passivo circulante em função do materialidade dos valores envolvidos e por ser recursos a serem utilizados em projetos.

(c) **Aplicações Financeiras - Projetos**

Descrição	Projetos	2017	2016
Compromissada 00.296-1	OSF Projetos Institucionais	-	218.314
Compromissada 01.302-6	PPC 2016	-	28.215
Compromissada 00.783-8	Sou da Paz Analisa	-	18.724
Compromissada 00.773-9	Balanco e Gestão de Metas	5.590	30.096
Compromissada 00.785-3	Câmeras	-	248.143
Compromissada 00.304-3	Adolescentes	-	25.365
Compromissada 23.523-7	Reincidência	3.528	85.793
Compromissada 23.627-6	Troca de Tecnologia	-	41.424
Compromissada 23.626-8	PSC	14.942	101.161
CDB Itaú 00.304-3 (Provisões)	Adolescentes	-	16.288
CDB BB 23.523-7	Reincidência	1.825	2.618
CDB BB 23.626-8	PSC	-	2.680
CDB BB 23.627-6	Troca e Tecnologias	2.746	2.874
CDB Itaú 00.769-7	Protestos	82.262	192.310
Itaú 00.766-3	Práticas	81.715	-
Itaú 00.789-5	Controle	2.336	-
B Brasil 23.523-7	Reincidência	336.344	-
		531.288	1.014.005

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Bancário (CDB). O rendimento médio aproximado em 2017 foi de 9,48% a.a. (13,11% em 2016).

O resultado contabilizado em 2017 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 63.606 (Em 2016 R\$ 148.632) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas de projetos restritos e receita financeiras".

(d) **Recursos vinculados**

<b>Banco - Conta corrente</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fundo de investimento referenciado (a)	203.779	193.669
Provisão para perda	<u>(203.779)</u>	<u>(193.669)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) A aplicação financeira (Fundo de investimento referenciado) no montante de R\$ 203.779 (Em 2016 R\$ 193.669), refere-se à conta investimento restrita (bloqueada) em nome do Instituto, referente a recursos de um projeto já finalizado, em que o Instituto utilizou recursos próprios para sua execução. Devido à demora nos trâmites internos do Ministério do Esporte na liberação dos recursos constantes na conta, o Instituto tomou medidas administrativas e jurídicas para a liberação desses recursos, aguardando que qualquer das mesmas solucione a questão.

## 6 Contas a receber

<b>Descrição</b>	<b>Projetos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Open Society Foundation Secretaria Municipal	Institucional Adolescentes	-	396.729
Secretaria de Desenvolvimento	PSC	171.971	171.971
Secretaria de Desenvolvimento	Reincidência	-	214.445
Secretaria de Desenvolvimento	Troca de Tecnologias	155.520	155.520
Open Society Foundation	Protestos Seguros	-	65.170
Open Society Foundation	Combate à Impunidade de Homicídios	-	130.340
Open Society Foundation	Práticas e Controles de Drogas	132.296	-
Open Society Foundation	OSF Projetos	<u>145.489</u>	<u>-</u>
		<u>605.276</u>	<u>1.134.175</u>

### Aging list do contas a receber

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>A vencer</b>		
Títulos a vencer	433.305	1.134.175
<b>Vencidos</b>		
Até 30 dias	-	-
Entre 31 e 90 dias	-	-
Entre 61 e 90 dias	171.971	-
Acima de 181 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal - Contas a receber	605.276	1.134.175
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>605.276</u>	<u>1.134.175</u>

O montante de R\$ 605.276 (em 2016 R\$ 1.134.175) corresponde a valores a receber referentes aos projetos em andamento, descritos na nota explicativa nº 5, com um prazo médio de recebimento dos valores inferiores a 365 dias. Os valores em aberto estão em fase de negociação e a administração espera que o seu recebimento seja concretizado durante o primeiro semestre de 2018.



### Metodologia de provisionamento para Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A provisão para perdas com Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como os títulos vencidos há mais de 181 dias, constitui-se provisão em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos.

## 7 Outros créditos

Descrição	2017	2016
Impostos a recuperar	6.388	750
Adiantamento de férias	22.556	32.681
Empréstimos a funcionários	700	-
Adiantamento a terceiros	20.245	35
Reembolso de projetos - Fortalecendo a Prestação de Serviço à Comunidade	124.172	-
Reembolso de projetos - Reincidência Juvenil	110.761	-
Reembolso de projetos - Troca e Tecnologias	150.345	-
Reembolso de projetos - Controle de Armas	14.766	-
	<u>449.933</u>	<u>33.466</u>

## 8 Ativo imobilizado e intangível

	Ativo imobilizado				Intangível		Total geral
	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Marcas e patentes	Software	
<b>Custo</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	70.405	48.963	141.168	60.506	620	33.593	355.255
Adições	-	-	6.074	4.921	-	-	10.995
Saldo em 31 de dezembro de 2016	70.405	48.963	147.242	65.427	620	33.593	366.250
Adições	18.636	-	3.455	1.040	-	-	23.131
Saldo em 31 de dezembro de 2017	89.041	48.963	150.697	66.467	620	33.593	389.381
<b>Depreciação e amortização</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(42.299)	(42.313)	(100.943)	(27.656)	-	(32.076)	(245.287)
Adições	(6.689)	(3.258)	(16.284)	(6.158)	-	(1.266)	(33.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(48.988)	(45.571)	(117.227)	(33.814)	-	(33.342)	(278.942)
Adições	(7.204)	(2.077)	(14.332)	(5.824)	-	(251)	(29.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(56.192)	(47.648)	(131.559)	(39.638)	-	(33.593)	(308.630)
<b>Valor contábil</b>							
Em 31 de dezembro de 2016	21.417	3.392	30.015	31.613	620	251	87.308
Em 31 de dezembro de 2017	32.849	1.315	19.138	26.829	620	-	80.751

## 9 Outras obrigações - trabalhistas e tributárias

Descrição	2017	2016
Obrigações previdenciárias	66.871	78.893
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	96.139	26.357
Impostos e contribuições a recolher	3.291	1.944
Contas a pagar Pessoa Física - PF	682	-
Salários a pagar	-	1.000
Provisões trabalhistas (a)	279.710	427.356
	<u>446.693</u>	<u>535.550</u>

(a) O saldo inclui provisões sobre FGTS, INSS, Férias, 13º salário.

## 10 Outras contas a pagar

Descrição	2017	2016
Aluguéis a pagar	-	10.983
Seguros a pagar	-	4.356
Outras contas a pagar	9.583	-
Confins a pagar (a)	41.575	41.575
	<u>51.158</u>	<u>56.914</u>

(a) O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, o Instituto efetuou recolhimento em juízo, por meio de depósitos judiciais, enquanto aguarda o resultado da discussão judicial. Vide detalhamento do andamento do processo conforme nota explicativa nº 12.

## 11 Obrigações para projetos não realizados

Descrição	Projeto	2017	2016
Confins a pagar	Convênios	7.102	8.094
Contas a pagar para ISDP	Projeto PSC	124.172	-
Contas a pagar para ISDP	Projeto Reincidência	110.761	-
Contas a pagar para ISDP	Projeto Troca e Tecnologias	150.345	-
Contas a pagar para ISDP	Projeto Controle de Armas	14.766	-
Contas a pagar para o Troca e Tecnologias	Reincidência	155.520	-
<b>Circulante</b>		<u>562.666</u>	<u>8.094</u>

*Instituto Sou da Paz*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2017*

Descrição	Projeto	2017	2016
Open Society Foundation	OSF Projetos Institucionais	212.014	954.810
Open Society Foundation	NEF - Reestruturação Institucional	1.369	302.668
Claudio Luiz da Silva Haddad	Prêmio Polícia Cidadã 2016	25.731	188.251
Secretaria Municipal de Direitos Humanos SP	Adolescentes	316.301	185.787
Imprensa Oficial	Prêmio Polícia Cidadã 2015	35	130.001
TVML Foundation	Sou da Paz Analisa	13.530	123.594
Itaú Unibanco	Câmeras Cidadãs	266.241	123.316
PNUD/SENASP	Pesquisa Política de Redução	5	119.391
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social SP	Troca e Tecnologias	195.596	82.386
ABJ	Pesquisa Processamento	58	81.011
The World Bank Group	Mecanismo de Participação	-	78.006
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social SP	PSC	260.412	72.321
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social SP	Reincidência	250.133	69.676
Instituto Betty E A. Jacob Lafer	Balanco e Gestão de Metas	23.331	69.352
Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa	Pacto Nacional de Homicídios	-	68.531
TVLM Foundation	Boletim de Roubos	-	27.515
Open Society Foundation	Protestos	174.308	25.901
Hedding Griffo	PMEC's	-	666
Porticus Latin America	Família na Rede de Proteção	-	362
Open Society Foundation	Esclarecimentos de Homicídios	119.922	-
Open Society Foundation	Controle de Drogas	233.914	-
Consulado Geral da República da Alemanha (a)	Controle de Armas	143.364	-
<b>Não circulante</b>		<b>802.218</b>	<b>2.106.082</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.364.884</b>	<b>2.114.176</b>

**a. Custos com a execução de projetos**

A seguir apresentamos os projetos em andamento no exercício, recursos recebidos pela Entidade bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição projeto	Saldos em 31/12/2016	Contratação		Consumo	Saldos em 31/12/2017
		de novos projetos	Receitas financeiras		
Prêmio Polícia Cidadã 2015	792	-	-	(42)	750
NEF - Reestruturação Institucional	1.372	-	-	(1.372)	-
OSF Projetos Institucionais	220.922	-	1.987	(209.947)	12.962
Adolescentes	423.059	-	11.538	(304.544)	130.053
Pesquisa de Homicídios	4	-	-	(4)	-
Prêmio Polícia Cidadã 2016	25.782	-	828	(26.610)	-
Mecanismo de Participação	190	-	-	(190)	-
Pesquisa Processamento	56	-	-	(56)	-
Sou da Paz Analisa	14.794	-	344	(15.321)	(183)
Balanco e Gestão de Metas	26.763	-	1.335	(25.454)	5.644
Câmeras Cidadãs	267.584	-	11.852	(279.595)	(159)
PSC	262.921	-	2.787	(214.963)	50.745
Troca e Tecnologia	179.599	-	699	(172.499)	7.799
Reincidência	287.987	-	8.227	(224.008)	72.206
Protestos	260.919	-	8.109	(180.966)	88.062
Combate à Impunidade de Homicídios	130.340	-	2.926	(133.266)	-
Controle de Drogas	-	483.343	12.974	(279.521)	216.796
Controle de Armas	-	343.067	-	(125.523)	217.544
<b>Total passivo</b>	<b>2.106.082</b>	<b>826.410</b>	<b>63.606</b>	<b>(2.190.883)</b>	<b>802.218</b>

**b. Custos com a execução de projetos**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3m, as despesas incorridas são empregadas na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os projetos estão apresentados da seguinte forma:

Projeto	Despesa com pessoal	Encargos	Provisões férias e 13º salário	Programa de alimentação	Assistência médica e odontológica	Serviços de terceiros	Transportes	Despesas gerais e adm.	Despesas financeiras	Custos compartilhados	Resultado de 2017 (a)
OSF - Projetos Institucionais NEF - Reestruturação Institucional	49.656	21.990	29.541	3.618	461	28.530	4.120	22.266	4.809	49.011	214.001
Prêmio Polícia Cidadã 2016	-	-	-	-	-	-	50	1.320	-	-	1.370
Adolescentes	139.913	48.816	41.225	14.486	143	-	2.741	9.379	1.111	13.185	26.559
Câmeras Cidades	112.885	38.436	32.123	4.352	-	53.756	16.747	7.796	5.099	-	327.838
Prêmio Polícia Cidadã 2015	-	-	-	-	-	16.082	3.271	7.168	5.707	58.069	278.093
Sou da Paz Análise	-	-	-	-	-	8.200	-	35	-	-	35
Política de Redução Troca e Tecnologias	42.741	18.071	24.729	-	-	-	-	3.590	934	1.151	13.874
Pesquisa Processamento	-	-	-	3.140	-	68.520	1.296	37.139	659	-	5
PSC	115.014	32.370	13.802	12.911	3.707	48.954	5.754	29.082	1.605	-	59
Reincidência	106.594	32.078	5.910	6.666	3.195	69.259	2.707	29.423	2.528	-	263.199
Balanco e Gestao de Metas	-	-	-	-	-	2.465	45	20.815	1.341	-	258.361
Protestos	60.346	17.678	-	9.685	2.434	16.378	5.486	45.061	2.154	39.571	182.416
Controle de Drogas	76.134	27.464	18.650	2.537	6.039	16.378	4.363	23.123	3.755	68.445	246.888
Controle e Esclarecimentos	44.000	15.400	12.466	1.320	-	9.878	-	16.643	1.932	21.208	122.848
Controle de Armas (b)	59.629	22.844	-	2.756	1.428	9.600	2.040	25.013	437	19.617	143.364
	<b>806.912</b>	<b>275.147</b>	<b>178.446</b>	<b>61.469</b>	<b>17.408</b>	<b>331.622</b>	<b>48.620</b>	<b>277.854</b>	<b>32.135</b>	<b>270.257</b>	<b>2.299.871</b>

(a) O resultado contabilizado em 2017 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 63.606 (R\$ 148.632 em 2016) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em " Receitas de projetos restritos e receita financeiras".

(b) As informações financeiras do projeto Controle de Armas, parte financiado pelo Consulado Geral da República Federativa da Alemanha, que estão contidas no balanço patrimonial do exercício 2017 e estas seguem as normas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos.

## 12 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2017	2016
Provisões trabalhistas	65.800	-
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Saldo final</b>
	<b>01/01/2017</b>	<b>31/12/2017</b>
Trabalhistas	- 65.800	65.800

### Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade para as causas fiscais e trabalhistas no respectivo montante de R\$ 913.976 e R\$ 433.441 (R\$ 913.976 e R\$ 0 em 2016), não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

### Depósitos judiciais

O Decreto 8.426/2015 de julho de 2015, instituiu a incidência da COFINS sobre as Receitas Financeiras à alíquota de 4%. Entretanto, o Instituto optou por discutir judicialmente este tributo com base em orientações de sua assessoria jurídica (Nota 15(b)). Desta forma o Instituto vem efetuado a partir de janeiro de 2016, os recolhimentos das COFINS através de Depósito Judicial, às contas de cada referido projeto. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 45.410 (Em 2016 de R\$ 46.256).

#### a. Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS

O Instituto Sou da Paz, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos de assistência social, requereu perante a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 20/08/2008, pedido de reconhecimento de sua imunidade tributária ao ISS - Imposto sobre Serviços, com base no art. 150, VI, 'c' da Constituição Federal. O processo, sob nº 2008-0.308.088-0, tramita na esfera administrativa sem qualquer decisão até a presente data.

Em razão de não ter sido finalizada a análise do mérito do pedido de reconhecimento de imunidade, o Fisco autuou o Instituto referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (Auto de Infração nº 66815525 - 2008 e Autos de Infração nº 66.953.715, 66.953.685 e 66.953.677 - 2009 e Auto de Infração 67.107.010 - 2010), para evitar a decadência referente aos eventuais débitos.

O Instituto Sou da Paz apresentou defesa administrativa em 19/12/2013, em 23/12/2014 e 04/12/2015, referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente, questionando a autuação com base no art. 15 da Instrução Normativa SF/SUREM nº 3 de 01/02/2008, que determina que o trâmite regular de pedido de reconhecimento de imunidade é causa suspensiva de exigibilidade de título.

A Secretaria de Finanças deferiu parcialmente o reconhecimento de imunidade do ISS, em janeiro de 2016, abrangendo exclusivamente os serviços prestados sob os códigos de serviços nº 02097 e 05762. Sendo mantida a tributação sob os demais códigos. Dessa decisão o Instituto recorreu administrativamente e continua aguardando julgamento de seu Recurso.

Na hipótese de não ser reconhecida a imunidade do Instituto ao ISS, o montante de imposto a recolher apurado sobre eventuais prestações de serviço realizadas pelo Instituto Sou da Paz em 2008 refere-se a valores históricos em cerca de R\$ 90.000, em 2009 a R\$ 86.470 e em 2010 a R\$ 85.079.

No exercício de 2016, devido ao parecer jurídico de remoto reconhecimento de imunidade a efetivos serviços prestados pelo Instituto em anos anteriores, conforme informado anteriormente, foi definido pelo Conselho Fiscal a quitação do ISS junto à Prefeitura. Conforme avaliação foi concluída a inexistência de débitos devidos pelo Instituto dessa natureza, em função de não existir nenhum valor de ISS por emissão de Nota Fiscal de serviços pendente de pagamento junto a PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo, conforme consultas junto ao órgão competente. Sendo portanto, efetuada a reversão da provisão para contingência fiscal registrada anteriormente, no valor de R\$14.000.

**b. *PIS/PASEP e COFINS***

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Define a Lei nº 10.637 /02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como o Instituto, se sujeitariam ao regime não cumulativo, e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, tendo como base: Inconstitucionalidade da instituição do tributo, com base na imunidade, respaldada no artigo 195, § 7º da Constituição Federal, amparada pelo Artigo 3º da Lei nº 8.742/93 {Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS}.

Em 2016 o Instituto efetuou recolhimento em juízo, por meio de depósitos judiciais no montante de R\$46.256, enquanto aguarda o resultado da discussão judicial (nota explicativa nº 9).

### 13 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais, e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados. O saldo do patrimônio social será aplicado em projetos e também na manutenção do Instituto nos exercícios futuros e, não poderão ser distribuídos entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente.

Na hipótese de dissolução do Instituto, seu patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, qualificada nos termos de lei vigente, aplicável a entidades sem fins lucrativos, e que preferencialmente, tenha o mesmo objeto social do Instituto.

### 14 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

### 15 Receitas operacionais - Sem restrições

Descrição	2017	2016
Contribuições do exterior (a)	2.004.767	190.209
Contribuições Pessoas Jurídicas - PJ	1.200.000	1.200.699
Mensalidades e contribuições	22.594	24.815
Custo com doações de bens	200	4.890
	<u>3.227.561</u>	<u>1.420.613</u>

(a) Contribuições no exterior referem-se aos valores recebidos a título de captação de recursos para fins institucionais, provenientes de financiadores de outras organizações ou empresas com sede no exterior.

### 16 Custos e despesas operacionais - Sem restrição - Despesas com pessoal e encargos sociais

Descrição	2017	2016
Despesas com pessoal (a)	(2.152.702)	(1.293.220)
Despesas gerais e administrativas (b)	(687.297)	(271.507)
Provisão para perda	(10.111)	(12.230)
(Provisão) / reversão de contingência trabalhista	(65.800)	14.000
	<u>(2.914.910)</u>	<u>(1.562.957)</u>



**(a) Despesas com pessoal**

Descrição	2017	2016
Salários	(1.402.871)	(1.016.768)
13º Salário	(130.276)	(105.165)
Férias	(289.835)	(79.144)
INSS	(421.218)	(304.783)
FGTS (a)	121.523	(15.629)
PIS	(16.471)	(11.779)
Benefícios sociais (VT+VR e Assistência Médica)	(214.158)	(180.468)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (b)	201.604	420.516
	<u>(2.152.702)</u>	<u>(1.293.220)</u>

**(b) Despesas gerais e administrativas**

Descrição	2017	2016
Serviços de terceiros	(349.062)	(137.175)
Despesa com ocupação	(190.451)	(184.922)
Viagens	(71.383)	(22.681)
Depreciação	(29.691)	(32.176)
Outras despesas	(134.890)	(84.417)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	88.180	189.864
	<u>(687.297)</u>	<u>(271.507)</u>

- (a) Durante o exercício a Entidade efetuou reversão de provisão para rescisões trabalhistas, anteriormente contabilizados considerando a não renovação de projetos para o exercício de 2017 e o desligamento de profissionais diretamente envolvidos nestes projetos.
- (b) A Administração da Entidade efetua o rateio do custo e despesas administrativas sobre os projetos em curso de acordo com critérios definidos em análises qualitativas e quantitativas, sobre a realização de cada projeto, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

## 17 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

Descrição	2017	2016
Conselheiros	150.037	152.895
Serviços recebidos em gratuidade	24.000	66.140
	<u>174.037</u>	<u>219.035</u>

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2017 e 2016, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas de Gratuidades", de "Custos com projetos" e "Despesas Gerais e Administrativas".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o Instituto estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo dos serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações do Instituto.

## **18 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias

A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos a revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

### **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o art. 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Lei nº 9.532/97.

### **ISS**

E Entidade é isenta do pagamento de ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com a Lei nº 10.833/03.

### **COFINS**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. A partir de 1º de julho de 2015, passou a incidir COFINS sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

## **PIS**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada exclusivamente sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

## **19 Instrumentos financeiros**

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Instituto.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Instituto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### **a. Classificação dos instrumentos financeiros**

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimos e recebíveis.

### **b. Instrumentos financeiros derivativos**

O Instituto não detém instrumentos financeiros derivativos.

### **c. Risco de crédito**

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus associados. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de associados. A Entidade não espera perdas com os valores a receber de seus associados e, por esse motivo, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Também, a Administração visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras.

### **d. Risco de liquidez**

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Entidade não tem risco de liquidez.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Entidade.

**e. Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data base de 31 de dezembro de 2017, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 6,85%, cenário provável para o ano de 2018. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
<b>Caixa e equivalentes</b>			
Aplicações financeiras	4.571.239	4.571.239	4.571.239
Taxa anual estimada do CDI	6,85%	5,14%	3,43%
<b>Efeito anual no caixa líquido</b>	<b>313.130</b>	<b>234.962</b>	<b>156.793</b>

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDB - certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa.

**f. Gestão de capital**

Os objetivos da Entidade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para cumprir com seus objetivos descritos na nota explicativa nº 1.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Entidade pode rever a política de pagamento de contribuições dos associados e reduzir, por exemplo, o nível de gastos e endividamento.

**g. Gerenciamento do risco financeiro**

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

**h. Instrumentos financeiros “não derivativos”**

Para fins de divulgação, caso a Entidade tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores, por nível de hierarquia do valor justo:

	Classificação	Hierarquia de valor justo	2017	2016
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	778.970	65.199
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.571.239	4.993.158
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis		605.276	1.134.175
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis		449.934	33.466
			<u>6.405.419</u>	<u>6.225.998</u>
<b>Passivos</b>				
	<b>Classificação</b>			
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		35.526	27.878
			<u>35.526</u>	<u>27.878</u>


Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos, passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Informações (Inputs), exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## 20 **Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

\* \* \*  
  
Ivan Contente Marques  
Diretor Executivo

David Coppola  
Contador  
CRC/SP N° 167.760/O-7

